

UM ESTUDO DA GEOPOLÍTICA CAPITALISTA NA AMAZÔNIA ORIENTAL NO PERÍODO MILITAR E MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES

A study about the capitalist geopolitics in the eastern amazon in the military period and the peasant social movements

Marília Geovana de Oliveira Lisboa¹

Recebido em: outubro de 2017

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

O presente artigo apresenta um breve estudo sobre a geopolítica capitalista na Amazônia Oriental no período militar e os movimentos sociais camponeses que se articularam neste contexto. É possível empreender uma explanação da dinâmica capitalista implementada pelo governo militar pós-64 para integração econômica e territorial ao restante do país, utilizando noções e dados em um projeto de empreender e justificar a tal exploração utilizando-se de instrumentos judiciais e políticos, como estatutos e leis de implementação de políticas de povoamento e novas atividades econômicas com vistas ao uso dos recursos naturais e minerais amazônicos. Na realidade, o que se configurou e configura como dinâmica nesta área é o grande avanço do capital (preferencialmente o capital estrangeiro) e da exploração desenfreada e irresponsável, afetando diretamente os direitos dos camponeses e nativos no tocante às atividades agrárias de subsistência e acesso à terra, o que contribuiu para articulações de movimentos sociais empenhados na luta pelos direitos relacionados a terra. O objetivo deste artigo, que utilizou da metodologia da pesquisa bibliográfica, é de explicar e discutir estas atividades capitalistas e de como as mesmas afetaram e afetam a Amazônia e seus habitantes, e de como reivindicam um lugar no recorte histórico do período militar.

Palavras-chave: Geopolítica; Conflito; Capitalismo.

Abstract

This paper presents a brief study about the capitalist geopolitics in the eastern Amazon in the military period and the peasant social movements that were articulated in this context. It is possible to undertake an explanation of the capitalist dynamics implemented by the post-64 military government for economic and territorial integration to the rest of the country, using notions and data in a project to undertake and justify such exploitation using legal and political instruments such as statutes and laws for the implementation of settlement policies and new economic activities aimed at the use of natural resources and Amazonian minerals. Actually, what has been configured and shaped as a dynamic in this area is the great advance of capital (preferably foreign capital) and of the unbridled and irresponsible exploitation, directly affecting the rights of the peasants and natives in the agricultural activities of subsistence and access to Land, which contributed to the articulation of social movements engaged in the struggle for land rights. The purpose of this article, which used the methodology of bibliographical research, is to explain and discuss these capitalist activities and how they affect and affect the Amazon and its inhabitants, and how they claim a place in the historical cut of the military period.

Keywords: Geopolitics; Conflict; Capitalism.

INTRODUÇÃO

A geopolítica territorial exercida sobre uma área da Amazônia no período militar, que se deu no contexto político pós-64 se apresenta como tema deste trabalho, explanando algumas atividades dentro da Amazônia Legal² exercida por parte do grande capital na época, derivando em impactos destas atividades como, assentamentos, novas formas de agronegócio e demarcação de territórios, onde o capital passa a exercer influência notável na vida de nativos e trabalhadores rurais da Amazônia, na medida em que a fronteira capitalista avança, principalmente no tocante ao acesso à terra, descortinando na formação de movimentos sociais camponeses com objetivo de lutar pelo acesso à terra neste contexto do capitalismo desenfreado e exclusor disfarçado de integrador econômico e territorial nesta época, e também em tempos atuais. Para a construção do artigo utilizou-se da metodologia da pesquisa bibliográfica baseada na coleta de materiais sobre o assunto em questão, autores como, Hidelbeto de Souza Ribeiro, João Pedro Stedile entre outros foram consultados para uma explanação ampla e satisfatória.

O objetivo deste artigo é descortinar o projeto de territorialização capitalista na Amazônia, não somente em relação ao território, como também a vida de pessoas que convivem diretamente inseridas neste contexto e são afetadas por estas atividades implantadas até os tempos atuais, iniciando com as maneiras de implantação das atividades capitalistas no período militar em relação à Amazônia, como as grandes empresas passaram a dominar alguns instrumentos institucionais para favorecimento territorial, e como a classe camponesa se articulou dentro deste contexto para reivindicar direito à terra e atividade agrária.

Segundo José de Souza Martins:

Desde 1964, entraram em cena na sociedade brasileira novos atores sociais do capital no campo, semeando a fazenda, a grilagem, a injustiça e a brutalidade. Mas semearam, também, a resistência popular, semearam novas significações para velhos atos, novos atos para velhas significações, novos atos e novas significações. (MARTINS, 1986, p.5)

O mesmo está subdividido em duas seções, sendo a primeira subdivisão uma abordagem histórica e crítica de como se iniciou o processo de avanço do capitalismo na Amazônia no contexto pós-64, trazendo um recorte específico do governo Médici e como tais medidas foram implantadas nesta área, e o segundo traz um estudo dos levantes camponeses organizados nesta época reivindicando o direito à terra e participação na atividade agrária.

Uma abordagem histórica crítica da questão agrária e capitalista na Amazônia no pós-64

Segundo João Pedro Stedile, a questão agrária é tratada na geografia levando em conta as formas de ocupação do homem e uso da terra, que é o principal bem da natureza, em termos de reprodução social campesina. Levando em conta tal noção, o artigo apresenta uma abordagem histórico crítica do avanço capitalista na Amazônia no período militar segundo autores consultados para a tal abordagem.

Até meados de 1960, as terras amazônicas estavam sob propriedade da união e dos estados, segundo dados do IBGE, 87% se constituíam de matas e terras incultas exploradas por caboclos e ribeirinhos através da atividade de extrativismo vegetal e animal, e 11% pastos de criação de gado de fazendeiros com títulos antigos.

No período militar, políticas de integração econômica e territorial da Amazônia em relação ao restante do território nacional se tornaram bastante visíveis na época, com o avanço do grande capital estrangeiro com vistas nos recursos naturais e territoriais amazônicos, diversas estratégias de fundamentação para a exploração, nesta época, a região amazônica era tratada como vazia - visto que em 1970 apresentava dados demográficos de nem um habitante por km²- e não participativa na economia brasileira, e um modo de visão integracionista afirmava que o povoamento e colonização ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém “assegurariam” o domínio do estado sobre o local e solução da dívida externa brasileira.

Segundo Ribeiro (2016) O resultado disso, em termos atuais, aparece a formação de novos *fronts* agrícolas e pecuários para a produção de commodities em áreas do sul e oeste do Pará e oeste do Maranhão e Piauí para a expansão do agronegócio. Nessa situação, a Amazônia legal vem sofrendo uma dinâmica de valorização de suas terras e a internacionalização do capital, numa escala jamais vista.

Nesta época, a dinâmica presente na Amazônia se configura no pouco acesso à terra, principalmente por parte de migrantes trazidos à Amazônia por projetos como PIN (Plano de Integração Nacional), concentração fundiária e transformação de pequenos produtores para a própria subsistência em trabalhadores assalariados, atendendo a interesses do estado e do grande capital estrangeiro.

A construção do espaço amazônico foi sendo feita a partir de mecanismos político-jurídico coordenado pelo estado, como parte de uma política territorial essencialmente integracionista e com garantia do território, este contexto é mais bem explicitado por Ribeiro (2016).

Como fundamento para tal concepção, a história de tentativas de ocupação da Amazônia sempre coadunou dois objetivos. Um de natureza Geopolítica que vê

no conhecimento geográfico da região, um importante fator para intervenção, sendo necessário para a criação de uma infraestrutura visando à exploração de seus recursos naturais, fundamental ao desenvolvimento proposto para o país, e, conseqüentemente, para a região.

O outro objetivo dizia respeito ao importante papel a ser desempenhado pelo povoamento através da colonização, pois, uma vez criando-se *lôcus* populacionais, isso fomentaria não só o crescimento demográfico da região, como também garantiria a posse efetiva da Amazônia e expansão de sua fronteira econômica. (RIBEIRO, 2016, p. 36).

A partir destes objetivos o estado iniciou a utilização de mecanismos, numa tentativa de fundamentação da utilização destes instrumentos para a ocupação e integração da Amazônia na conjuntura brasileira.

Superintendências

A criação da SPVEA a partir de 1964 caracterizou-se como importante para controlar a coordenação e planejamento da implantação da nova dinâmica no local, bem como projetos de repasse estadual para a Amazônia, visto que em algum tempo estas implantações se mostraram eficientes, a SPVEA foi substituída pela SUDAM- Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, criada em 1966, desde antes destas implantações, a Amazônia começou a ser vista com outros olhos e ganhou novos contornos em relação a sua integração econômica e territorial, sendo vista pelo grande capital pelo seu grande território como uma oportunidade de crescimento, em níveis de investimento, vendas de produtos e obras de infraestruturas, criando oportunidades de fortalecimento da geopolítica militar na época.

No governo do presidente Costa e Silva, foi criado através do decreto lei de número 61.330, de 11 de setembro de 1967, o GTINAM- Grupo de trabalho para integração da Amazônia, formado por representantes das forças armadas e de todos os ministérios e órgãos, totalizando 20 agências administrativas, com interesses diretamente voltados para a área, com a função de identificar os problemas da região e encontrar mecanismos para amenizá-los e integrá-los ao resto do território, é a chamada “operação Amazônia”, segundo Ribeiro (2016).

A função do GTINAM, conforme o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, ministro do interior em 1968, era definir e traçar normas de execução da política objetiva do governo federal, no tocante é efetiva ocupação e povoamento, orientado da região amazônica, notadamente quanto aos “espaços vazios” e de “fronteiras” (RIBEIRO, 2016, p. 48)

A operação Amazônia apresentava alguns termos de medidas a serem tomadas como prioridade na sua função, como a ocupação dos “espaços vazios”, a curto e médio prazo, iniciada

por áreas estratégicas e centros de desenvolvimento, utilizando populações já existentes no local, com a participação de forças armadas, como avaliadoras da ocupação que deveria ser realizada por colonos, com a melhoria da infraestrutura implantando obras como aeroportos, escolas, postos de saúde, além de incentivos fiscais para atrair interesse do grande capital, leis como 4.216/63 e 5.174/66 afim de atrair iniciativas privadas, serviram para a “valorização econômica da Amazônia” (Ribeiro, 2016, p. 31)

Para exemplificar a questão do rastreamento desses minerais, trabalhos de pesquisadores como Clara Pandolfo (1954) e Silvio Fróes de Abreu (1962) começaram a mapear a localização mineralógica em alguns estados integrantes da Amazônia:

- Acre: gipso (ou gipsita) e calcário;
- Roraima: diamante, ouro e datonito;
- Amapá: manganês, calcário, petróleo sal gema, gipso e anidrita;
- Pará: calcário, argila, ouro, diamante, galema, antracito, gipso, anidrita, sal gema, cristal de rocha e bauxita;
- Maranhão: calcário, sal marinho, ouro, diatoniuto, fosfato de alumínio, gipso e ilmenita;
- Rondônia: cassiterita e ouro.

Em relação a geopolítica de ocupação, o PIN- Programa de Integração Nacional, lançado em julho de 1970, tinha como objetivo implantar a política de colonização através do povoamento, com integração econômica, política e social ao resto do país, com a construção de rodovias que teoricamente venceriam o obstáculo imposto à integração, como a transamazônica, Porto Velho-Manaus, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília e outras com extensões menores.

No mesmo ano, foi criado o projeto RADAM, Radar da Amazônia, onde as forças armadas faziam uma espécie de rastreamento das riquezas da Amazônia, na verdade, este tipo de atividade existe desde 1962 por parte da força aérea americana, no chamado Projeto Carajás.

Um destaque dado no livro de Hidelberto de Souza Ribeiro, se revela na suspeita de um maniqueísmo do estado, em relação as 15 (quinze) zonas criadas para a função de polos irradiadores do desenvolvimento, criadas a partir do II PND para o período de 1974/79, próximas aos projetos de colonização dirigidas oficiais.

Uso de limites geográficos

No período militar, pós-64 o discurso de ocupação da Amazônia estava ligado à fronteira ideológica, este conceito foi desenvolvido pela escola superior de guerra-ESG, fundada em 1948, sendo resultado da guerra fria, contribuindo para uma dinâmica entre os países que se dividiam em: alinhados a URSS, e alinhados aos EUA.

Nesse contexto, o Brasil estava entre os países alinhados aos Estados Unidos, e como seu fornecedor de matéria prima, conseqüentemente começou a integrar um bloco econômico chamado, "O Ocidental Anticomunista", demonstrando um falso nacionalismo mascarado de capitalismo "integrador", que se baseava na ideia de que vendendo produtos *in natura* poderia se resolver o problema da dívida externa brasileira.

Nesta época, várias tentativas de rearranjo do espaço brasileiro, relacionadas estritamente com a estratégia geopolítica e servindo ao interesse capitalista tecnocrata, colocando o camponês num papel de destaque, como o I PND (1972/74) e o II PND (1974/79).

Se percebe nesta dinâmica o que se foi citado anteriormente, as " regiões programa", os polos de desenvolvimento, são as áreas estratégicas caracterizadas por centros urbanos que concentrariam investimentos e integrariam comunidades próximas à nova configuração da Amazônia.

Formas de colonização

Em 1971, a colonização da Amazônia segundo o governo militar deveria ser prioritariamente pelos nordestinos, concomitantemente ao período da construção da rodovia Transamazônica para garantir uma "infraestrutura", acabou não gerando resultados satisfatórios, por outro lado, o mapeamento de recursos minerais que eram feitos desde a era Vargas, fez com que os territórios que haviam sido destinados para a colonização fossem supervalorizados, aumentando a concentração de terras nas mãos do grande capital para atividades agrárias e mineradoras, resultando em muitos pequenos produtores sem-terra, formando um grande contingente de trabalhadores que serviriam mais tarde para contribuir com o avanço do capital, sendo assalariados, o grande número de trabalhadores fez com que o salário fosse baixo, aumentando a acumulação de recursos, os pequenos produtores inseridos nesta dinâmica, iniciaram articulações para reivindicar direitos sobre as terras e recursos que lhe foram "garantidos".

Levantes sociais camponeses na Amazônia no período militar

Com toda esta dinâmica de exploração e colonização da Amazônia, os camponeses, tanto nativos como os trazidos para a Amazônia para servirem como mão de obra para o grande capital, ao mesmo tempo que estas atividades acabaram por retirar terras e direitos a atividades agrárias dos mesmos, os trabalhadores então iniciaram articulações para reivindicações de seus direitos retirados, principalmente o direito à terra.

Segundo Oliveira (2001):

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 186)

Logo após a implantação desta dinâmica, o trabalhador assalariado agrícola que se encontrava a mercê dos decretos institucionais em grandes quantidades nesta época da ditadura militar, encontravam certos limites de articulação para movimentos de luta social, em vários textos que foram utilizados para a construção deste artigo, contam condições destes assalariados que vendiam a sua força de trabalho para o grande capital na Amazônia, com condições precárias de alojamento, alimentação e trabalho, este era tratado sempre como um devedor de todas as estruturas em que era mantido, e se reclamasse ou barganhasse uma pequena melhoria em sua vida e condições de trabalho, era despedido, perdendo absolutamente todas as estruturas que mantinham sua família e a si próprio incluindo teto e algum pedaço de terra para que cultivasse algo, e o pior, não dispunha de ferramentas legais e condições para lutar contra o patrão, todas estas situações em que era submetido o tornavam politicamente muito desimportante nesta fase.

A situação dos camponeses era um pouco diferente, que se mostravam mais articulados, com mais capacidade de luta, e disponha de fatores legais de amparo á suas lutas e interesses,

além de certa forma não depender de empregador para exercer sua atividade, mesmo que não tivesse terra e fosse somente um arrendatário.

Após esta explanação, trazendo esta discussão acerca do movimento de trabalhadores na Amazônia, o recrudescimento maior das lutas e reivindicações da terra neste local se deram no decorrer da década de 80, com a criação por parte dos militares de grupos que de certa forma subordinaram e disciplinaram estas problemáticas da terra, o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas- GEBAM e Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins- GETAT.

Segundo Ribeiro (2016), a luta pela posse destas terras se deu a partir da formação da consciência destes trabalhadores que começaram a notar as contradições nas atividades de órgãos como EMBRAPA, INCRA, CIBRAZEM, CEPLAC, EMATER etc.

Estas lutas são também o resultado desta mesma política de modernização da Amazônia, que iniciou uma distribuição totalmente submissa ao capitalismo assim expulsando posseiros, colonos, agregados e invadindo terras indígenas, com o avanço da atividade de latifúndio na Amazônia, no início da ditadura militar, em 64, acabando com muitas relações de sujeição pessoal entre colonos e “coronéis”, os deixando sem terra e recursos, e marginalizados, obrigados a lutarem sozinhos contra as injustiças sociais e políticas.

É de se destacar também que a política de preenchimento dos “espaços vazios” na Amazônia e de melhoria da infraestrutura causou uma acirrada disputa pela terra entre camponeses e empresários, sendo que muitos dos camponeses que estão envolvidos são os libertos da sujeição aos patrões, antes lutavam contra os coronéis, logo depois lutavam contra os grandes empresários, o objetivo do estado, dentro desta conjuntura, era o de impedir que estes camponeses se tornassem “sujeitos históricos” de uma geopolítica que os torna excluídos, segundo Faoro (1989).

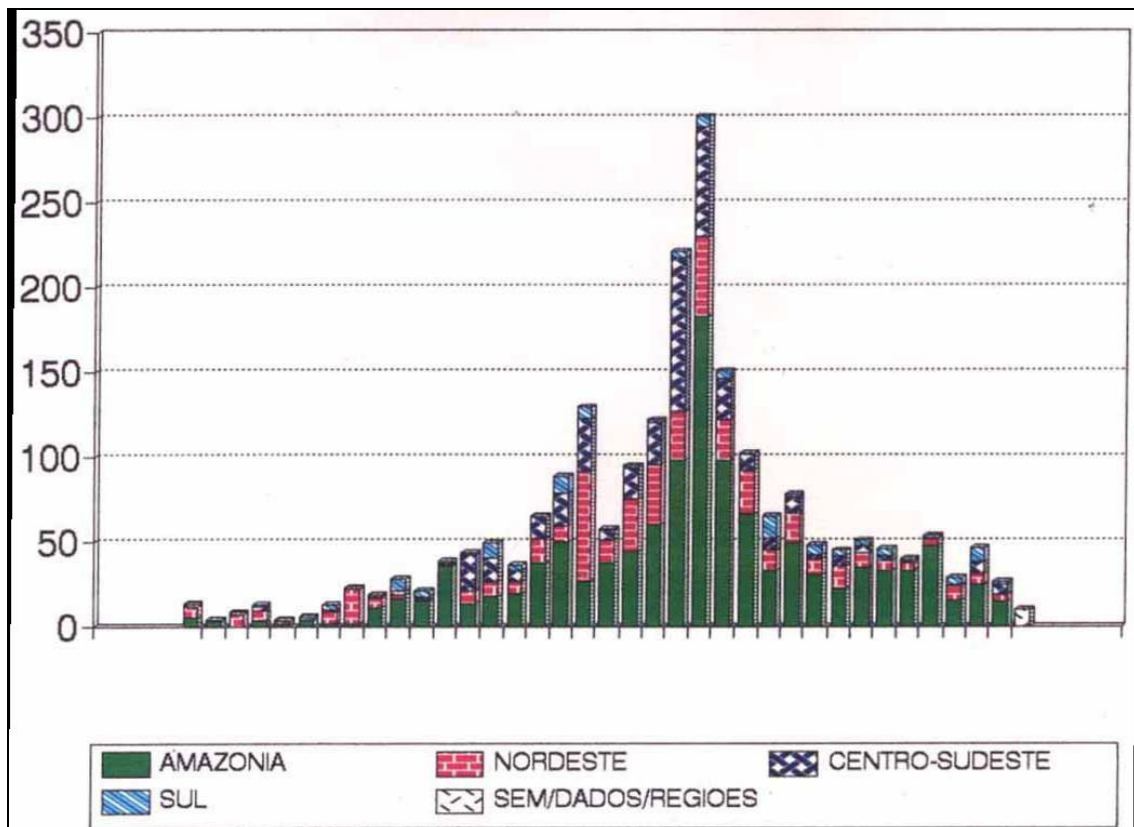
Toda nossa política, assim a monárquica como a republicana, mostrou-se geralmente ou duvidosa da capacidade do povo, ou suspeitosa do caráter de suas manifestações, de tal maneira que... o povo foi sempre mais símbolo constitucional do que fonte de autoridade com cujo contato dirigentes, representantes e líderes partidários, fossem retirar o ânimo e o desejo de servir.

(...) Nossa política nunca aprendeu a pensar normalmente o povo, a aceitar a expressão popular como base representativa (...) (FAORO; RAYMUNDO, 1989, p. 283)

Como já destacado, a dinâmica de concentração desenfreada de terras amazônicas por parte dos grandes empresários exclui e mata trabalhadores, infelizmente esta conjuntura não se atém apenas ao século XX, na verdade, os primeiros a sofrerem com esta dinâmica foram os indígenas, que desde o descobrimento do Brasil não encontraram o mínimo de respeito por parte

do capitalismo, e nos tempos atuais estão presos em “reservas” não respeitadas pelo capitalismo, ao longo da história da questão agrária brasileira, muito sangue inocente e trabalhador fora derramado para sustentar tal atividade capitalista, é de se destacar esta violência no período militar, segundo OLIVEIRA (2001), a partir de 1972, a Amazônia concentrou o maior número de assassinatos no campo.

Figura 1- mortes em conflitos no campo entre 1964 e 2000.



Fonte: CPT- Comissão Pastoral da Terra

Nos tempos atuais, não é diferente, segundo Bernardo Mançano, professor da Unesp e coordenador do Dataluta, banco de dados da luta pela terra, “o Brasil tem uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, herança do sistema colonial. Cerca de 1% dos proprietários detém 60% das terras”, somente em 2017, segundo dados da CPT- Comissão Pastoral da Terra, 36 pessoas foram mortas em conflitos no campo, contando as últimas vítimas, entre estes casos está o do município de Pau d’Arco, no Pará, a 860 quilômetros ao sul da capital Belém, Policiais militares e civis foram até o local para cumprir 16 mandados judiciais, entre eles

de prisão preventiva, temporária e buscas e apreensões, numa ação que investiga a morte, no dia 30 de abril, de um segurança da fazenda, que é alvo de disputa agrária. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará, os agentes foram recebidos a tiros e reagiram. No local foram recolhidas onze armas, entre elas um fuzil, mas não houve policiais feridos.

10 pessoas foram mortas, 9 homens e 1 mulher, levados para o necrotério pelos próprios policiais, foi a maior chacina desde Eldorado dos Carajás, há 21 anos atrás, em que 19 pessoas foram mortas e somente dois policiais foram responsabilizados.

Toda esta conjuntura de violência no campo se deve ao avanço desenfreado do capitalismo na Amazônia, pautado na exploração e concentração fundiária, as terras amazônicas são alvo de interesse internacional no ramo do agronegócio, na faixa amazônica que abrange o Pará, Mato Grosso e Rondônia é o local em que mais se notam conflitos agrários, pois os grandes proprietários de latifúndios querem expandir as terras, e quem resiste é eliminado e criminalizado, de 1985 a 2016, 1.834 pessoas perderam a vida em conflitos no campo, mas, segundo a organização, apenas 31 mandantes desses assassinatos foram condenados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procurou-se demonstrar que a região amazônica sempre foi alvo de medidas para integrá-la ao território, com dois objetivos que juntos se contradizem, de um lado, a proposta de integração ao território nacional para não cair nas mãos de capitalistas estrangeiros, e de outro, subordiná-la ao capital internacional e poderosas multinacionais interessadas em seus recursos.

Logo após o fim do império brasileiro, políticas territoriais de integração idealizadas com a presença notável de militares deu início a corrida para a exploração do território amazônico, permeada de geopolíticas, que foram fundamentadas nos objetivos citados acima, desde esta época se vê a exclusão de camponeses e nativos, em detrimento da descoberta dos recursos que seriam explorados nas décadas seguintes, onde seriam implantadas políticas de colonização e assentamento, no caso da Amazônia, a abertura para a atividade de agronegócio e a grande concentração de terras tiveram como consequência conflitos pela posse da terra, fazendo com que o governo federal desse início a projetos na tentativa de amenizar e evitar tais conflitos.

Outra atividade notável entre o governo e os agricultores é a transferência de colonos de áreas de forte tensão territorial para os “espaços vazios” da Amazônia, com o objetivo de postergar uma possível reforma agrária, o campesinato na Amazônia teve uma utilidade para o governo de limpeza e valorização das terras, para logo após serem expulsos, fazendo com que o

sonho de reforma agrária para os colonos e camponeses se transforme num pesadelo, visto que vivem sob opressão e risco a suas vidas.

Por fim, as medidas tomadas para a integração da Amazônia no período pós-64 foram intencionalmente implantadas para a inserção do capital estrangeiro, para excluir camponeses e colonos que na Amazônia viviam ou foram trazidos e privilegiar os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Secretaria Nacional Assessoria de Comunicação
Violência: os recordes de 2016.

EL PAÍS (2017). **Chacina no Pará escancara escalada da barbárie em conflitos agrários no Brasil.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495737149_649329.html. Acesso em 08/08/2017.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder.** Formação do patronato político brasileiro. 8ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

IBGE (2011). **“Geoestatísticas” revelam patrimônio ambiental da Amazônia Legal.** Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=1887&busca=1&t=geoestatisticas-revelam-patrimonio-ambiental-amazonia-legal>, Acesso em 06/08/2017.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste Verão.** Petrópolis, Vozes, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**, 10 ed., São Paulo, Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados** 15 (43), 2001.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza, **Políticas Territoriais e Colonização Numa Área da Amazônia Oriental**/Hidelberto de Souza Ribeiro. Jundiá, Paco Editorial: 2016.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária- natureza e comportamento 1964 -1990** / Sônia Regina Mendonça; João Pedro Stedile (org.) – 2. Ed.: São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, João Pedro. **A questão agraria no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964** / João Pedro Stedile (org.) – 2. Ed.: São Paulo: Expressão Popular, 2012.

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia. Universidade do Estado do Pará. lisboamari6@gmail.com.

² A Amazônia Legal refere-se a uma área administrativa criada em 1953 (Lei nº 1.806 de 1 de abril de 1953) para aplicação de políticas de desenvolvimento pela SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), a qual foi substituída em 1966 pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Atualmente, esta área ainda possui planos de desenvolvimento e leis ambientais específicas. A Amazônia Legal ocupa 5.016.136,3 km², correspondendo a cerca de 59% do território brasileiro, onde vivem cerca de 23 milhões de pessoas, de acordo com o Censo do IBGE de 2010. A Amazônia Legal é composta por 775 municípios em dez estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins (98% da área estadual), Maranhão (79% da área estadual) e Goiás (0, 8% da área de estado). Além disso, esta área contém 20% do bioma de cerrado e todo o bioma da floresta amazônica, o maior dos biomas brasileiros (IBGE, 2011).